



 **PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Apreço representação externa da Ver.^a Fernanda Barth, que representará esta Casa em Audiência Pública para debater o tema Desassoreamento do Guaíba, na Assembleia Legislativa, no dia 15 de julho de 2024, às 15h.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Não há inscritos para discutir o Grande Expediente. Está encerrado o período de Grande Expediente.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, público que nos dá honra de nos assistir na Casa e pela TVCâmara; nós temos acompanhado, em todo esse período, nos últimos dois meses, a tragédia que ocorre por força das mudanças climáticas em todo o Rio Grande do Sul, particularmente em Porto Alegre, onde somos o Poder Legislativo da capital, Ver. Conceição, mas há um dado que eu já trouxe aqui e quero reforçá-lo: há muitas verbas sendo liberadas. Na verdade, prestação de contas

da utilização dessas verbas aqui na Prefeitura para o Legislativo não está havendo nada. Nada, nada! Mas, para o Tribunal de Contas vai ter que haver, vai ter que existir. Há uma informação que eu trouxe aqui na tribuna, que o jornal Correio do Povo trouxe de que com relação a boa parte dos auxílios possíveis para os gaúchos, muitos prefeitos não encaminharam o pedido na forma correta e adequada e nos prazos devidos, incluindo Porto Alegre. Incluindo Porto Alegre! E esse é um dado que merece de nós atenção e repreensão. Como perder prazo? Como não encaminhar projeto? E as verbas que as gaúchas e os gaúchos, os porto-alegrenses necessitam? Vão ficar no governo federal? Ou até alguma coisa – talvez, não sei – no estadual? A matéria que eu vi foi com relação ao governo federal. Então, para nós, é muito importante fazer esse registro e exigir que haja, de fato, do governo do Município de Porto Alegre, da nossa capital do Rio Grande, um outro tipo de atitude, uma outra relação, uma outra forma de gerir, porque não adianta não mandar os pedidos da forma correta para depois ficar falando que o governo federal não manda. Eu não estou aqui para defender o governo federal, nem faço isso. Agora, tem que encaminhar, tem que encaminhar corretamente, no prazo legal, senão não vem recurso, e é natural que não venha, e aí não adianta chorar. Não veio o dinheiro porque não foi o projeto. Vejam bem, não veio o dinheiro porque não foi o projeto. E há vários casos assim em Porto Alegre. Além do que a demora da remessa dos dados das pessoas físicas que necessitam de auxílios para Brasília, a demora é brutal, é muito acima do aceitável; aliás, o aceitável, Ver. Cassiá, é um dia, o aceitável é um dia, mais que um dia já é desleixo, já é desconsideração, Ver.^a Monica Leal, que também me honra com a sua atenção.

Eu concluo por aqui, Presidente Mauro Pinheiro: o governo municipal não tem cumprido os prazos, não tem encaminhado os projetos, e, quando encaminha, não estão corretos, e tem demorado muito a fazer os pedidos, inclusive os individuais. O prejuízo é brutal para a nossa população, e eu faço aqui não só essa denúncia, mas também um pedido para que isso seja modificado. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, estamos nos encaminhando para a finalização do semestre, e o que entregou o governo Melo? Desastre. Desastre ambiental, lixões clandestinos sem licenciamento, chorume que dá para sentir daqui da Câmara de Vereadores. É incompetência total. Sucateou o DMLU, que agora não consegue dar conta da limpeza urbana. As tais lixeiras de lata não funcionam, estão arreventadas. Eu acompanhei algumas coletando aqui no Centro, no Menino Deus, os operadores jogam a lixeira na calçada, além de estragarem a lixeira, quebram a calçada. Isso é limpeza urbana? Chorume, resto de comida, tudo na volta da lixeira, rato, barata, etc. Desastre, uma cidade sem governo decente. Na educação, o que fizeram nesse semestre? Prenderam a secretária de Educação do Melo, a ex-secretária, agora eles chamam de ex, agora não é mais secretária, agora ela é ex, como se não tivesse feito parte. Uma lambança! Aprenderam agora, há uma semana, carros importados, Ferrari e não apareceu o dono. Eu mandei um *e-mail* lá para a polícia: “Não tem dono? Leilão, pega o dinheiro e vai fazer obra pública.” Não apareceu o dono. Carros milionários sem dono; os convênios abandonados da Prefeitura. Querem que as instituições conveniadas trabalhem com o pouco dinheiro que recebem. É uma vergonha! Querem que a sociedade civil faça o que deve ser do público, mas não botam dinheiro para as instituições. Aí, vamos às escolas, eu estive em Brasília nesse semestre, descobri que a Prefeitura comprou um ônibus anos atrás, mas as escolas todas têm que juntar dinheiro dos pais para poder levar os alunos a passeio, porque o ônibus comprado com o dinheiro do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – não está à disposição da rede municipal de educação. É assim, mas R\$ 140 bilhões para compra sem licitação, aí tinha dinheiro, mas não tem para as escolas fazerem as obras, como visitei a escola Morro da Cruz, “brizoleta” de mais de 30 anos, que não pode nem ser utilizada de tanto que chove dentro. Está lá. Eles não constroem. Precisa, tem

demanda de educação infantil, as pessoas procuram vaga na rede e não tem, crianças nas calçadas, é isso que se vê no Partenon, na São José, no Morro da Cruz, é isso que se vê: criança nas calçadas porque o governo não abre vagas. São 19 mil pessoas sem vagas na educação da capital. Esse é o legado, três anos e meio de desastre na educação. Compraram um monte de bugiganga sem licitação própria, prenderam o Jajá, duas assessoras e a secretária de Educação, duas investigações, inclusive a Polícia Federal está na cola de um monte de gente, o presidente do MDB, do Melo, era secretário dele, foi afastado pela justiça, não pode exercer cargo público. Esse é o legado. E agora a gente vai encerrar os trabalhos, como? Com as crianças fora da escola, sem ginecologista, sem pediatras nos postos de saúde que foram arrancados e não tem mais, o cidadão a cidadã que vão lá procuram e não acham nem remédio. Essa foi a terceirização da saúde, nem remédio tem para colesterol, diabetes, para quem é cardíaco, não tem, de uso contínuo. Não estão distribuindo nos postos, até anticoncepcional não tinha. Na assistência social deixaram apodrecer comida no térreo da FASC, está aqui o presidente da FASC, estava caminhando aqui, ele poderia responder para nós porque deixou apodrecer comida enquanto as pessoas estão passando fome. Se não fossem as doações, nós estávamos aniquilados, porque a assistência foi sucateada, não tem concurso público. Nós estamos no mês de julho, vai entrar o recesso escolar nas escolas e tem escolas sem professor, sem laboratório de aprendizagem, que é o caso da escola Marcílio, da escola América, escolas da Zona Leste abandonadas pelo Melo, mas lá ele não sobe, o Melo, com o seu chapeuzinho de palha. Queria convocar o prefeito a entrar nas escolas, se tiver coragem, e explicar esse monte de compra sem licitação da Secretaria de Educação que ele teve o disparate de dizer: “Eu não compro caneta, eu não compro o livro.” Mas ele nomeou a secretária que comprou, ele fez o decreto permitindo flexibilização. E, para finalizar, o que é mais vergonhoso até agora, ele não anunciou uma comporta em conserto, uma casa de bomba em conserto, só saco de areia. É o prefeito dos sacos de areia. Esse é o legado, três anos e meio, o prefeito dos sacos de

areia. É saco de areia que ele oferece como saneamento básico. Para concluir, Presidente, é decepcionante, decepcionante!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; só para ajudar um pouquinho o Ver. Jonas, que ninguém mais aguenta ver ele, só faz mais gritaria, eu nunca ouvi o Ver. Jonas dar uma sugestão, então, eu vou lhe dar uma sugestão. Peça para o ministro Pimenta e para o governo federal usarem os R\$ 200 milhões de corrupção que iam fazer na...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Peça isso, que dá para ajudar todo o mundo. Peça isso, que dá para ajudar todo o mundo. Peça para que aquele rolo do arroz que eles iam fazer e não deixaram, Ver. Jonas, peça isso e fale aqui na tribuna, que aí dá para ajudar a todos, não são esses trocos a que o senhor se refere, que é importante, cada real é importante na cidade, mas do governo federal também. Olha, eu sempre faço questão de dizer que os vereadores do PT aqui na Câmara são vinhos de outra pipa, mas o senhor está deixando eles mal, o senhor está deixando seus colegas mal.

Hoje, Dr. Tiago, nós estamos festejando Landell de Moura, o homem que criou o rádio no Brasil, o padre Landell de Moura, que criou o rádio neste País. Eu queria fazer uma homenagem, tem muitos familiares do Landell de Moura que moram na Zona Sul de Porto Alegre. Queria homenagear esse homem importante. E a data coincide com os 44 anos da Rede Pampa, da televisão Pampa, que começou com o rádio, Ver. João Bosco Vaz. V. Exa., que é um jornalista importante deste Estado, V. Exa. tem uma história bonita tanto no rádio quanto na TV. A nossa homenagem a Landell de Moura, a nossa

homenagem à Rede Pampa de televisão, à Rede Pampa do jornal O Sul, à Rede Pampa de tantas rádios que tem neste Rio Grande do Sul, que coincide com Landell de Moura, que criou o rádio.

Eu quero encurtar aqui e pedir aos pares, vereadores, em homenagem a quem está aqui na galeria, que a gente já entre direto na Ordem do Dia, para podermos votar logo o veto e o projeto. É um pedido que faço aos senhores vereadores para que a gente possa agilizar isso. Obrigado.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente Mauro, apenas para me associar à homenagem do líder do governo Cecchim à TV Pampa, que completou 44 anos no dia de ontem. Então parabéns à toda família Pampa, muito orgulho de fazer parte dessa história. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; hoje é o último dia, vamos entrar em recesso. Eu passo as tardes aqui ouvindo o Ver. Jonas esbravejar: “está faltando vaga em creches”, óbvio que faltam vagas em creches; “estão faltando lugares nos abrigos para os sem-teto”, é óbvio que faltam vagas nos abrigos; “está faltando vaga nas escolas”, é óbvio que faltam vagas nas escolas; “ah, porque a saúde não funciona com perfeição”, é claro que a saúde não funciona com perfeição. Agora a única cidade que eu conheço onde nunca faltou creche, nunca faltou problema de saúde, é a do programa Cidade Viva, que o PT botou na televisão, que era uma cidade inventada do nada, onde não tinha buraco, onde não faltava creche, onde não faltava vaga nas escolas e onde não tinha problema de saúde. Então eu fico ali acompanhando os debates e fico boquiaberto, surpreso que um vereador vem aqui todos os dias falar a mesma coisa e não olha para trás e não olha para a frente, porque o próximo prefeito, e o próximo, e o próximo, e o próximo vão enfrentar os mesmos problemas – os mesmos problemas! Por mais

que um governo faça, não faz tudo; por mais que um governo faça, não acerta em tudo. Vou repetir agora, que o Ver. Jonas está ali, que ele se faz de surdo: a única cidade, Ver. Jonas, que não teve buraco, que não faltou creche, que não faltou nada foi a Cidade Viva que o PT criou e botou na televisão. Essa Cidade Viva é maravilhosa: não faltava asfalto, não faltava vaga na creche, não faltava médico, não faltava nada. Em todos os governos, inclusive no seu governo, falta! Eu estou vindo aqui porque o senhor vem todos os dias com essa ladainha aqui. Tem que descobrir um discurso novo, um projeto novo, um cavalo de batalha novo, alguma coisa nova, porque, senão, cansa. Essa canseira que está me mandando embora da Câmara, porque são as mesmas coisas todos os dias. Todos os dias é o denunciamento, é isso, é aquilo. Ver. Jonas, todos os governos que virão pela frente, ou no Estado ou em nível federal ou em nível municipal, todos terão problemas, Ver. Jonas, todos terão problemas! E todos que já governaram tiveram esses problemas. Então não adianta ficar a tarde toda aqui discursando, denunciando, fazendo, falando, tem que ter a solução, e ninguém tem a solução para tudo isso, nem o Ver. Oliboni, que é o Jesus Cristo, nem ele tem a solução para todas as coisas que uma cidade precisa para poder funcionar com tranquilidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão aqui hoje à tarde, sejam bem-vindos. Muitos projetos para votar, mas neste momento, no período de liderança, falo pela liderança da oposição, agradeço o Ver. Robaina, sou o vice-líder, e quero dizer o seguinte: Porto Alegre não é mais a mesma – Porto Alegre não é mais a mesma! Os senhores se lembram da época da Frente Popular, quando tinha Orçamento Participativo, onde, nos governos Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont, do companheiro Verle, *in memoriam*, nós aplicávamos em torno de R\$ 340

milhões/ano para as obras do OP, e o atual governo investe, no ano passado foram R\$ 16 milhões, neste ano foram R\$ 15 milhões. Não dá para construir uma creche, não dá para construir um posto de saúde! Graças às entidades de voluntariado, graças a entidades beneficentes, graças a esse movimento que muitas vezes é a própria Igreja que coordena é que está sendo levada dignidade para as pessoas. Queiram ou não queiram. Na educação infantil há um enorme exemplo, inclusive eu vi aqui o Calábria. São muitas coisas que acontecem e não é porque o governo é um governo bom; o governo lava as mãos, muitas vezes, e perde a gestão e o controle dos investimentos. E é por isso que a Câmara tem que se debruçar aqui para pensar uma cidade para todos, para os pobres também. Esta cidade me parece que tem um governo que só percebe a atuação dos ricos, dos grandes empreendedores da cidade, Ver. Alex. Venderam muitos terrenos públicos em vez de construir creches, em vez de construir um posto de saúde. Quem anda pela cidade vai ver. Vai ali no 4º Distrito, vai ali no Sarandi, as creches e os postos de saúde estão fechados. A enchente aconteceu há mais de dois meses e esse povo está sendo atendido onde? Em alguns lugares com atendimento itinerante, numa *van* móvel, onde simplesmente tem um clínico geral. Mas se você precisar de um especialista, de um exame, para onde vão essas pessoas? Não têm alternativa. É esperar por dois anos, três anos, quatro anos. E aí, meus irmãos, se tiver um diagnóstico de câncer, quando chegar o tratamento não tem mais volta. Não tem mais volta. Quem é o culpado? Ah, devia ter procurado atendimento. É que nem lá no interior, quando eles dizem que o colono vai vender a vaquinha para ter um atendimento médico. Aqui em Porto Alegre nem isso ele tem. Ele foi atingido pelas enchentes e está aguardando o governo fazer aquelas grandes comissões de contratação de servidores ou forças-tarefa para poder limpar as casas. Não está fazendo. Quem está fazendo é o Exército, que está limpando os postos de saúde. Meu Deus do céu, Porto Alegre não é mais a mesma! É por isso que logo ali vem a oportunidade de as pessoas decidirem o que querem para o presente e para o futuro da nossa querida Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente, o Ver. Oliboni, do PT, sobe aqui para falar sobre o Cidade Viva, como bem disse o Ver. João Bosco Vaz, que só existia na propaganda do PT. Vem dizer aqui que Porto Alegre não é mais a mesma, que é uma cidade que olha apenas para os ricos e não olha para os pobres. Uma cidade que aguarda até agora – até agora – que o governo federal cumpra as suas promessas, que mande o recurso para cá, recurso a fundo perdido, Ver. Oliboni, e não meramente o endividamento prometido pelo governo federal. Nós temos aqui empreendedores da nossa cidade, da região do 4º Distrito, que estão até agora aguardando que o mínimo seja feito, que os R\$ 20 bilhões prometidos por Paulo Pimenta, numa reunião com empreendedores do 4º Distrito, sejam disponibilizados via BNDES. Mais do que isso, que o auxílio do governo federal para que as empresas possam manter postos de trabalho seja cumprido. Ele acha, o PT, o Oliboni, que cuidar de quem gera emprego e renda é cuidar dos ricos. Não é. Os senhores aqui, que são empreendedores, que são empresários da nossa cidade, vocês verdadeiramente cuidam das pessoas mais pobres, vocês verdadeiramente criam postos de trabalho, geração de emprego e renda na nossa cidade. Dizer que olhar para o empreendedor, dizer que olhar para quem gera emprego e renda é olhar para os ricos é de uma mentira tão grande quanto era a mentira do Cidade Viva do PT na cidade de Porto Alegre. Nós queremos sim uma administração, uma gestão que olhe para aquele que coloca o seu dom, a sua vocação, para buscar a dignidade não apenas da sua própria família, mas criar oportunidades para que outras pessoas tenham o pão na mesa, a dignidade de poder ter um trabalho com carteira assinada. E quem faz isso não é a Prefeitura, não é o governo do Estado e muito menos o governo federal; quem faz isso são os nossos empreendedores aguerridos, que tanto foram prejudicados nessa tragédia que assolou a cidade de Porto Alegre. O Ver. Jonas Reis, do PT, está aqui gritando ao lado, gravando mais um vídeo para a sua claque do funcionalismo público,

das corporações que ele representa. Nós, ao contrário, estamos aqui falando com quem verdadeiramente paga a conta e movimenta esta cidade. Inclusive, hoje aqui, votaremos o veto encaminhado pela Prefeitura. Queremos derrubar esse veto. Queremos que a nossa proposta de isenção de dois anos do IPTU para aqueles imóveis que foram diretamente atingidos na mancha da enchente seja aprovada aqui, e que seja feita a vontade deste plenário, como já foi na votação há cerca de um mês. Além disso, se não conseguirmos... (Palmas.) Se não conseguirmos derrubar esse veto, e desejamos derrubar o veto, se não conseguirmos, pelo menos temos um outro projeto, que só foi possível a isenção de doze meses sinalizadas pela Prefeitura graças à pressão de cada um de vocês que se mobilizou e veio aqui às galerias. Eu quero exaltar a presença de vocês, porque normalmente, nas galerias, nós vemos a minoria organizada da cidade, nós vemos sindicalistas, representantes de corporações do funcionalismo público, e não vemos quem verdadeiramente trabalha e paga a conta. Não vemos, porque vocês têm, no dia a dia de vocês, os seus afazeres. Vocês estão trabalhando para botar o pão na mesa, para empregar pessoas. Por isso, muitas vezes, acabam não tendo a oportunidade de estarem aqui, como estão hoje, mais uma vez. Mas que bom que vocês estão neste momento, porque, nesse momento de catástrofe, a cidade de Porto Alegre precisa olhar para vocês e ver que a única saída, a única reconstrução possível, será através da iniciativa privada, será através da manutenção do emprego e renda. Será através de nós conseguirmos reter aqui os nossos talentos para que os nossos jovens não precisem ir para o centro do País ou para o fora do País em busca de oportunidade, que eles possam ser felizes na nossa cidade de Porto Alegre, no nosso 4º Distrito, na Zona Norte, no Extremo-Sul, onde for, que eles tenham a oportunidade de permanecerem aqui. A sinalização que esta Casa já deu e dará novamente, a sinalização que nós como agentes políticos, neste momento tão difícil de crise, é justamente para poder dizer para vocês, para outros e para as novas gerações que é possível, sim, permanecer na cidade de Porto Alegre.

Então, meus parabéns a todos vocês, que mais uma vez se mobilizaram para estarem aqui presentes, que nós possamos derrubar o veto e

conceder, sim, o benefício da isenção do IPTU, de dois anos, para todos aqueles que foram diretamente atingidos pela enchente. É o mínimo que a cidade de Porto Alegre pode fazer. Não esperaremos grandes intervenções de governo, muito menos do governo federal; faremos por nós mesmos, mantendo aqui os nossos empregos, a geração de renda e os nossos talentos para que a cidade possa se reerguer. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudá-lo, Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu, há bastante tempo, não vejo aqui nesta Casa, que tem uma bancada esquerda, falar em Orçamento Participativo; muito pouco. Agora eu vi aqui o Oliboni. Orçamento Participativo é a maior mentira que nasceu em Porto Alegre há muito tempo. A ideia é boa, mas o que fez? Quero lembrar aos vereadores da esquerda que o OP incentivou a invasão na cidade, por todos os mandatos da esquerda. Legalizou? Não, até hoje, se for ver nesses bairros que tiveram sacrifício agora, como Sarandi, Humaitá, muitas áreas ilegais que foram incentivadas no Orçamento Participativo, por vários anos do governo da esquerda. Sou testemunha, porque fui secretário e construí a 3ª Perimetral, no governo Fogaça. O dinheiro que vinha para a 3ª Perimetral, devido ao dólar, naquela oportunidade, estar num valor alto, a sobra ia para o Orçamento Partitivo. Aí o Orçamento Participativo existiu, mas, quando terminou o dinheiro que o governo Fogaça, que nós tivemos que renegociar com o BID, o dinheiro voltou. Ou seja, deixaram dezenas, centenas de obras do Orçamento Participativo paradas. Até hoje muitas estão paradas. Se vocês forem ver o Orçamento Participativo, vocês chegam lá, tem 300 pessoas para votar. Trezentas pessoas para votar, mas na hora que vai relatar, falar com prefeito, com os vereadores presentes para analisar quais as obras que vão fazer, defini-las no orçamento, não tem 50 pessoas. É uma vergonha! É uma vergonha! Volto a frisar: a ideia é boa, mas

eles nunca cumpriram. E se locupletaram com a população de Porto Alegre, fazendo com que eles invadissem terras, invadissem áreas, e até hoje não estão legalizadas, regularizadas. Essa é a realidade OP, há muito tempo! Volto a frisar: a ideia é muito boa, eles traziam para Porto Alegre a família, pegavam a primeira área, e na outra semana vinham várias pessoas do interior, da mesma família, para ocupar aquele espaço que era do Município e que nunca foi regularizado pela oposição. Essa é a realidade de Porto Alegre que nós estamos vendo hoje no bairro Humaitá, Sarandi e outros: invasão provocada, mandada pela esquerda, que nunca se interessou em legalizar, em regularizar essas áreas. Essa é a grande realidade em Porto Alegre. Podem ver, procurem as áreas que estão lá, quando foram regularizadas? Nunca! Quando começaram a invadir essas áreas, a ocupar, por ordem da administração dita popular, que, como disse o Ver. João Bosco, botavam o Cidade Viva na televisão e aquela cidade não existia, não era assim, era muita promessa. Então nós temos que deixar registrado aqui, quem está nos escutando em casa, quem está vendo aqui no plenário: foi um embuste, uma mentira esse OP, há muito tempo, inclusive, no início, ele queria se contrapor à Câmara de Porto Alegre para se tornar um órgão de partido, para o partido, que é aquele que administrava naquele momento. Portanto, muita invasão que hoje está aí prejudicando a situação de moradia em Porto Alegre, muitas pessoas que invadiram, foi por ordem da gestão de esquerda desta capital; o PT administrou quatro vezes, e as quatro vezes, houve invasão. “Invade, que depois nós vamos legalizar”, “Invade, que depois nós vamos arrumar.” Até hoje está assim, causando terrível problema para essas famílias pobres, simples. Diga-se passagem: eles não defendem o pobre, eles defendem a pobreza, quanto mais pobreza tiver, eles estão aí, prometendo e dormindo em cima desse calvário do pobre de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente e colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, pelas nossas redes e aqui nas galerias, já dizia meu falecido pai: eu vou morrer e não vou ouvir tudo, quem dera ver! Vim falar aqui do prefeito de Pombal, lá na Paraíba, o Sr. Abmael de Sousa Lacerda, conhecido na região toda como Dr. Verissinho, ele é médico – Dr. Verissinho é como é conhecido na região. Esse cidadão, que é o prefeito da cidade, doutor da região, diz que um pai ou uma mãe que tem um filho autista teve uma infelicidade na vida. Infelicidade teve o povo da Paraíba ao ter um cidadão como esse governando uma cidade; infelicidade teve esse cidadão, quando abriu a sua boca! Não sabe o que é para um pai e para uma mãe ter um filho autista, não sabe o que é para uma família atípica ter o seu filho autista, ter o seu filho com esse pai e essa mãe buscando, no decorrer de toda sua vida, sua autonomia, que esse pai e essa mãe seguem, no dia a dia, tentando melhorar a vida dessa criança, trazendo dignidade para essa criança, lutando contra o *bullying*, lutando contra uma série de coisas. Agora dizer que é infeliz? Infeliz é ele! É um prazer para um pai e uma mãe ver o seu filho avançar nas terapias, é um prazer para o pai e para a mãe ver o seu filho ter sua autonomia. Infeliz é esse bastardo, que fala uma coisa dessas de crianças, fala uma coisa dessas das famílias autistas. Ele não sabe o que é ver um filho evoluir, ele não sabe o que é ver um filho alcançando a sua autonomia, ele não sabe o que é o dia a dia de uma família autista para dizer que são infelizes. Foi uma felicidade ter um filho e é uma felicidade ver esse filho evoluindo, Dr. Verissinho. Nós estamos aqui com uma moção de repúdio a esse cidadão – repúdio –, essa fala tem que ser rechaçada no Brasil inteiro; fala discriminatória, preconceituosa contra as crianças e as famílias de autistas, nós não vamos aceitar. Estamos com a moção de repúdio a esse cidadão, que é o prefeito de uma cidade, doutor, e fala uma asneira dessas. Então, mais tarde, quando abrirmos a Ordem do Dia, nós vamos encaminhar a apreciação dessa moção.

Público que nos assiste, nós insistimos tanto com recurso federal, porque quem tem dinheiro é o recurso federal, quem tem dinheiro é a União. As senhoras e os senhores, que são empreendedores, as senhoras e os senhores,

que pagam seus tributos, sabem muito bem do que eu estou falando. De cada R\$ 100 em impostos arrecadados aqui em Porto Alegre, R\$ 62 vão para Brasília. Nós precisamos desse retorno, nós precisamos principalmente que as empresas que foram mais atingidas com a enchente do que a pandemia tenham esse recurso; nós precisamos garantir os postos de trabalho. Ninguém vai aguentar – ninguém vai aguentar – com a alta carga tributária que tem este País, remontar a sua empresa, que sai do zero porque a água tomou conta, levou tudo; ainda ficaram as dívidas do que tinha em estoque, do que tinha em financiamento. É preciso urgente uma ajuda da União para manter as empresas, como nós tivemos na época da covid. É pior a situação da enchente do que a da covid. Nós não vamos conseguir somente resolver o problema das empresas tirando IPTU, taxa de lixo; nós queremos garantir empregos e garantir a continuidade das empresas, para isso é necessário ter um aporte volumoso do governo federal, que retém R\$ 62 de cada R\$ 100 arrecadados em impostos na nossa cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h07min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Presidente, solicito que o PLCL nº 024/23 seja a segunda matéria a ser apreciada devido à presença de promotores, juízes que estão aqui na galeria. Se for possível. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Presidente, solicito que o Requerimento nº 082/24 – moção de repúdio ao senhor

Abmael de Souza Lacerda, Dr. Verissinho, que falou sobre a infelicidade de pais e mães que têm um filho autista –, seja o terceiro a ser apreciado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, para inclusão do Requerimento nº 082/24 na priorização. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta para que o Requerimento nº 082/24 seja o terceiro a ser votado. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Muito singelo, Presidente, apenas porque não conseguir fazê-lo antes, gostaria de registrar minha presença, só isso. Obrigado!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro!

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Antes de votar no requerimento da Ver.^a Mônica, queria propor que se votem os projetos do governo, veto, que é obrigado ser votado, mais os dois ou três projetos do governo, em seguida o da Ver.^a Mônica, para que a gente possa fazer.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Cecchim, o requerimento da Ver.^a Mônica já foi votado, passa a ser o segundo da Ordem do Dia, depois do veto; o primeiro depois do veto, e o do Ver. Claudio Janta ficará em terceiro lugar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo a(s) Emendas nºs 05 e 06, de autoria do Ver. Jonas Reis, ao PLE nº 021/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio Emendas nºs 05 e 06 ao PLE nº 021/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLCE nº 006/24](#), com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que está aqui nas galerias, pagadores de impostos que nos assistem pela TVCâmara. Eu vejo, Presidente Mauro, uma bandeira do Rio Grande estendida lá nas nossas galerias e eu fico imaginando, ao olhar para ela, o sofrimento, a angústia, a incerteza que cerca os empreendedores, as pessoas que têm um micro, um pequeno negócio. Falava antes com um dos nossos convidados; só no CNPJ onde ele trabalha foram R\$ 2 milhões em perda; só em livros, foram R\$ 800 mil. E eu olho para essa bandeira porque, para o povo gaúcho, a bandeira representa tudo, representa o orgulho, a tradição, as raízes, as batalhas, o solo, o chão, a terra onde se escolhe viver, empreender, onde as coisas acontecem, onde nascem os filhos, onde se casa, onde se vira avô. Enfim, o pavilhão rio-grandense, a bandeira do Rio Grande do Sul precisa nos inspirar, precisa nos dar coragem para entender que dar um refresco apenas até o fim do ano não é a resposta para os habitantes da cidade de Porto Alegre, hoje representados nas galerias, para o povo gaúcho que vive nesta capital, representado pela bandeira do Rio Grande; não é a resposta que nós, vereadores desta cidade, precisamos dar. E essa é uma decisão legislativa, o prefeito está na dele, vetando dentro dos seus interesses, dentro da sua visão para Porto Alegre; mas nós, vereadores, temos

a ação precípua, principal e primeira e temos a responsabilidade de responder a tantas e tantas pessoas, sejam empreendedoras ou não, sejam empresárias ou empregadas, sejam aposentadas ou na ativa, sejam porto-alegrenses ou como este que vos fala, que foi adotado pela cidade de Porto Alegre, para que possam ter um alívio, que possam ter um bálsamo, que possam receber desta Casa, de nós – 36 vereadores e vereadoras – uma resposta de que, sim, nos importamos, de que, sim, é possível estender essa isenção até 2026 sem medo de irresponsabilidade fiscal. Afinal de contas, quando é para aumentar impostos e privilégios, quando foi para aumentar, por exemplo, o salário dos procuradores e auditores, até no plenário o governo permitiu que entrassem para fazer *lobby*.

Então, eu quero apelar à sensibilidade desta Casa que dezenas de CNPJs, milhares de vidas estão olhando atentamente para essa votação desta tarde, estão muito curiosos, estão muito aflitos com o que vai acontecer dentro de instantes. Eu acho que nós, vereadores, podemos dar a resposta. Para concluir, Presidente, acho que nós, vereadores, podemos, sim, derrubar esse veto e depois, junto com o Executivo, este ou o próximo, nos imiscuirmos nas minúcias de aumentar ainda mais a economia que podemos ajudar, tanto esta Casa como o Executivo para compor. Mas, neste momento, apelo aos vereadores e vereadoras: vamos derrubar esse veto. Não é contra o Melo, mas a derrubada do veto é a favor de quem está nas galerias, de quem olha para a bandeira do Rio Grande e diz que aqui é o meu chão, aqui quero permanecer, aqui quero viver e aqui quero empreender. (Palmas.) Portanto, vamos derrubar esse veto em homenagem àqueles que precisam. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24, com Veto Parcial.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoas que estão neste plenário nesta tarde, quem participa desta sessão pela TVCâmara; é um bom momento de debates, até para saber como há comportamentos contraditórios nesta Casa. Em primeiro lugar, nesses debates,

a gente tem ouvido muitos xingamentos. Xingamento não resolve o problema do amargo regresso das famílias para suas casas vazias, não apenas dos objetos dificilmente comprados, adquiridos, mas um vazio existencial, vazio das almas, vazio do amanhã. As pessoas que tiveram o impacto das enchentes precisam não apenas ser acarinhadas, lembradas, ter um abraço; elas precisam ter uma ajuda efetiva, e a isenção de IPTU é fundamental para reconstruir as suas vidas, seus negócios, para criar um ambiente de reconstrução de Porto Alegre. Eu vejo o Rio Grande para cima, reconstrução de Porto Alegre, reconstrução do Rio Grande do Sul – discursos e muitas mentiras. As mentiras vêm de muitos lados, mas tem alguns que se doaram integralmente nas enchentes para salvar pessoas, ajudar pessoas, ajudar para que as pessoas tivessem um canto, um colchão, um alimento. Quantas cozinhas comunitárias surgiram, em quantos lugares eu fui, nós fomos, mas chegamos no Sarandi, os radicais, a escumalha, tinha um discurso pronto: “Os vereadores não vieram aqui!” Eu me levantei e gritei: “Eu estive dez vezes!” “Ah, não vi o senhor.” Tudo bem, não precisa ter me visto, eu não minto, eu falo claro, objetivamente, meus votos são transparentes, não faço discurso para agradar nem grego nem troiano. Eu tenho uma visão de mundo, a minha visão de mundo é ajudar os que precisam, os que sempre precisam, que são os povos de periferia, e os que agora precisam. Tem pessoas de classe média, remediados e até alguns ricos que, neste momento, precisam de um aporte. Por isso, eu me dediquei, nos primeiros dias, a trabalhar com várias entidades de classe para que saísse um Pronampe e para que não tivesse um burocrata do Banco do Brasil impedindo o Pronampe, porque não é dinheiro do Banco do Brasil, é dinheiro do erário, do caixa do governo. É assim que se age. Reunimos com o ministério da micro e pequena empresa, com o Ministério do Trabalho; queríamos três salários para pagar o salário das pessoas que as empresas não podem pagar. Recebemos dois, é um avanço, precisamos avançar muito mais. Agora não adianta só cobrar de uma esfera governamental, ou da União, ou do Estado; tem que cobrar do Município, do Estado, da União, de todos. Se nós cobrarmos o IPTU atrasado de alguns ricos de Porto Alegre, a isenção vai ser de nada, pequenininha, comparada com alguns que não pagam

tributos em Porto Alegre. Nós temos uma lei civil maravilhosa, art. 1.276, que é a arrecadação de espaços construídos ou não que não pagam tributos. Aqui está sendo usado desde 2016, deveria ser mais usado. Eu, portanto, deixo aqui meu recado, meu voto claro e cristalino: eu vou votar pela manutenção do projeto tal e qual, contra o veto. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24, com Veto Parcial.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu olho para a galeria e também vejo a bandeira, só que com um binóculo diferente do Ver. Tiago, que é um excelente paranaense que adotou a bandeira do Rio Grande. Esse projeto, se fosse constitucional, por exemplo, o ISS não cabe aos vereadores, não pode, é inconstitucional. Se nós mantivermos esse projeto que foi aprovado lá atrás, mais de 50% não poderiam receber o benefício, porque têm alguma pendência na Prefeitura, e aqui nós estamos dando esta exceção e fazendo esta correção. Nós não podemos, nós não estaríamos dando para quem já pagou adiantado; nós vamos dar um crédito para o ano que vem neste novo projeto. Por isso, é importante manter o veto. Manter o veto...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não quer? Prefere não ganhar nada? Prefere...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Muito bem, é para votar pela manutenção do veto e aprovar o novo projeto. É isso.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem, mas não pode dar dois anos. No ano que vem é outro prefeito. (Pausa.) Está bem...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Prefere nada, prefere nada! Olha, é lamentável, é lamentável. Tem que dar uma olhadinha para aquilo que é inconstitucional. Não pode dar, tu não podes fazer aceno com o chapéu dos outros. O novo prefeito do ano que vem, que pode ser até o Melo, aí pode fazer um novo projeto. Agora neste ano não dá para dar para o ano que vem. Tem vereadores que gostam de vender ilusão, eu não vendo ilusão, eu não vendo ilusão, e não me impressiono. Vocês têm todo o direito, vocês têm todo o direito, mas eu não me impressiono com essa pressão. O que é importante é manter o veto e aprovar o novo projeto para que todos possam ser atendidos e não meia dúzia. Existem lobistas e lobistas. Está bem? Então, nós vamos manter o veto. Estou avisando aqui, vamos manter o veto para poder aprovar um projeto que possa ser viável – viável! – e é isso que nós vamos fazer. Obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24, com Veto Parcial.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Mauro Pinheiro, público que nos acompanha aqui; vou começar minha frase com o término da frase do líder do governo: “Existem lobistas e lobistas.” Pasmem, o lobista desta atual gestão é o lobista da Ferrari, e ele considera a população aqui, os empresários que lotam as galerias, que vêm com a bandeira do Rio Grande do Sul, ele fala que são lobistas, Ver.

Cecchim. Você é empresário como eu e sabe a dor de cada um desses empresários. E chamar empresário sério de lobista, isso não é a postura de um líder do governo, desculpe. Você deveria pegar o microfone de aparte e pedir desculpa para cada um dos empresários, eles estão deixando o tempo de estar nas suas empresas para estar aqui acompanhando essa votação. Cada um deles está pensando em como vai reerguer a sua empresa, e não é fácil! E a gente sabe que não é fácil. E, sim, nós cobramos do governo federal que venham as linhas de crédito, aí não chegaram, mas é competência da Câmara de Vereadores e desta Prefeitura estenderem a mão para os empresários, de vir junto ao IPTU e fazer essa sinalização. E eu falo que é sinalização, porque cada um dos empresários aqui paga um ínfimo IPTU comparado com o prejuízo que teve nas suas empresas. São prejuízos milionários, não só pela reconstrução da empresa, mas pelo tempo que ficou parado. E o senhor vem aqui diminuir cada um desses empresários, está errado! E agora, se você quer, eu, como empresária e mestre em finanças, mostro: este governo votou, na lei orçamentária, R\$ 60 milhões de isenção fiscal para uma empresa, não para vocês, que são mais de 100, para uma empresa – isso é *lobby*, isso é empresário fazendo *lobby* direto com o prefeito e o vice-prefeito. Esses aqui são empresários que dão seu sangue e seu suor pelo ganha-pão da sua família e, principalmente, por empreender na nossa cidade. Eles que devem ser valorizados, e não um empresário que ganhou R\$ 60 milhões de benefício fiscal.

Sabe o que não deve ser valorizado também? O aumento do salário do prefeito, que impactou em R\$ 40 milhões anuais o nosso custo da Prefeitura de Porto Alegre. E sabe quem é que vai receber? O alto escalão do governo. Não vão ser os professores, as enfermeiras, os guardas municipais; quem vai receber é meia dúzia das pessoas que trabalham na Fazenda. Isso é política de verdade, Cecchim, feita por pessoas de verdade e com empatia de verdade. E eu peço desculpas aqui se eu me excedi na minha voz, mas tenho certeza de que venho como cidadã, como empresária, mas principalmente como alguém que sabe sentir ainda, porque eu acho que, em algum momento na política, alguns políticos param de sentir. Parabéns a todos que estão lotando aqui as

galerias, contem comigo pelo voto, e tenham certeza que existem muitos vereadores que estão com vocês. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24, com Veto Parcial.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, população de Porto Alegre que nos acompanha das galerias. Bem, o veto ao projeto aprovado com uma série de emendas veio à apreciação deste plenário. Esse projeto, desde a sua origem, demonstra a incapacidade de diálogo desse governo, a dificuldade de articulação política, a arrogância, a soberba. Quando o projeto foi proposto em uma reunião entre o secretariado e os vereadores, ao final da reunião, eu falei para o secretário Cezar Schirmer: “Secretário, esse projeto é ruim, ele não atende à necessidade da população. Propor dois meses de suspensão do IPTU não vai ajudar ninguém, vai criar uma bola de neve terrível que vai esmagar a população, os pequenos, os microempresários que foram atingidos.” Entre risos e fala em tom de deboche, o secretário Schirmer simplesmente ignorou a minha colocação. E eu não estava falando como um vereador de oposição, poderia ter sido mais incisivo, mas eu sugeri diálogo, o que não houve. Tivemos então uma enxurrada de emendas, a maioria delas foi aprovada, e o projeto foi à apreciação do prefeito. O prefeito vetou, tem as suas razões, mas nós, como vereadores de oposição, não concordamos com essas razões, não concordamos com os erros do governo e não somos obrigados a votar de acordo com aquilo que nós não concordamos. Tivemos outros vetos para projetos que talvez fossem importantes à nossa cidade, um projeto inclusive de minha autoria, que concedia meia-entrada em eventos culturais para professores e professoras, porque acreditei que isso iria qualificar o material humano que trabalha nas escolas de Porto Alegre. E agora percebemos uma série de pessoas que estão passando por grandes dificuldades para recuperar suas casas e recuperar os seus negócios, que estão atuando pela derrubada do veto.

Senhoras e senhores, a cidade passa por um momento terrível, e nós, vereadores do PSOL – falo aqui em nome do meu amigo, Ver. Pedro Ruas; nosso líder da oposição, Ver. Roberto Robaina; e a líder do nosso partido, Ver.^a Karen Santos – precisamos atender aqueles que, neste momento, estão lutando para se recuperar, para se reconstruir, para se reinventar. E aqui abro uma pequena brecha para fazer uma saudação especial ao nosso querido Hélio Alabarse, presidente da Coopeeb, cooperativa que mantém o Colégio Concórdia, no 4º Distrito, que foi severamente impactado, cooperativa da qual eu, com muito orgulho, faço parte. Portanto, estou aqui, neste momento, defendendo também os interesses dos nossos colegas que lutaram bastante para recuperar a nossa escola e colocá-la em condições adequadas para voltar a receber os nossos estudantes. Agradeço a atenção de todos e todas, e sigamos com os nossos trabalhos. Eu gostaria também, abrindo uma pequena possibilidade na minha fala, Ver. Pedro Ruas?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu cedo o meu tempo de inscrição ao Ver. Prof. Alex Fraga.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24 e cede o seu tempo ao Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. Como nós temos um tempo restrito, agora, com o tempo cedido pelo Ver. Pedro Ruas, posso me alongar um pouco mais na minha explanação.

Anteriormente, no uso desta tribuna, percebi que o Ver. Ramiro Rosário fez utilização da fala, em tempo do seu partido, cobrando das esferas superiores, estadual e federal, recursos a fundo perdido para a nossa cidade, recursos esses que são fundamentais, são necessários. Mas eu tenho um grande receio, Ver. Ramiro Rosário, de que a incompetência do atual governo não apresente os projetos que são necessários para a obtenção de recursos a

fundo perdido. O governo federal e o governo estadual não concedem recursos se não houver projetos. Assim como o senhor, quando era secretário do prefeito Nelson Marchezan Júnior, não apresentou projeto para obter R\$ 121,9 milhões a fundo perdido para a drenagem do município de Porto Alegre, e isso fez muita falta no evento pesado que nós tivemos.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Momento de discussão, Prof. Alex Fraga, não vamos aqui faltar com a verdade no plenário da Câmara de Vereadores. O projeto ao qual o senhor se refere, que diz respeito a fundo perdido, sim, de obras de casas de bombas e do arroio Moinhos, foi perdido na gestão de José Fortunati. Inclusive, a última gestão abriu toda a parte de investigação administrativa. O Ministério Público apontou que não havia qualquer responsabilidade dos gestores Elizandro Sabino, Luciano Marcantônio e Alcimar Arrais, porque inclusive não fazia parte da minha secretaria. Então, se o senhor, mais uma vez, vier trazer esse tema aqui vinculando ao meu nome, saiba que o senhor estará mentindo. Quero crer agora que tenha sido apenas uma questão de não saber a verdade, e os dados não chegaram ao senhor. Muito obrigado.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Sob a sua gestão, o DEP – Departamento de Esgotos Pluviais – foi extinto. E o senhor, com muito orgulho, diz que foi responsável pela extinção do departamento que controlava os esgotos pluviais nesta cidade e o lançamento deles para o DMAE. DMAE este, que não recebeu suplementação orçamentária, e, portanto, obviamente, não pôde atender à demanda da cidade. Agradeço a atenção de todos e todas, e vamos votar para a derrubada do veto. Um abraço.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Só uma Questão de Ordem, nós estávamos aqui no momento de discussão. Ele fala que, quando o DEP foi para o DMAE, o DMAE não recebeu suplementação orçamentária; mas se garantiu, graças à incorporação do DEP ao DMAE, R\$ 60 milhões por ano da chamada

tarifa 3, que antes ia para o caixa único da Prefeitura. Esse valor era gasto em despesas correntes, inclusive com a folha de servidores do Município, e não era aplicado na drenagem, fora o que era roubado na época.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, não é possível mais as pessoas quererem discutir o mérito de projeto aqui como se fosse Questão de Ordem. Se o Ver. Ramiro quer debater o mérito, que se inscreva e vá para a tribuna.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir PLCE nº 006/24, com Veto Parcial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu ouvi atentamente o líder do governo, mas parece que tem gente que não sabe qual é o partido do líder do governo. O governo é do MDB, e o PSDB faz parte, e o Novo vota sempre com este governo. Aí, hoje, parece que eles não querem votar juntos. Parece que eles estão magoados. Hoje, segundo alguns, não tem dinheiro, segundo o líder do governo, não tem dinheiro. Aí eu explico por que não tem dinheiro. Não tem dinheiro porque a Fraport do aeroporto levou R\$ 74 milhões de isenção de IPTU. Não tem dinheiro porque na SMED tem um escândalo sendo investigado de R\$ 140 milhões, apreenderam até Ferrari; não tem dinheiro porque tem Ferrari – não sabemos os donos. Não têm dinheiro porque mandaram cento e poucos milhões de reais, só no ano passado, para as empresas de ônibus. Só aqui eu estou falando do dinheiro que vai para onde? Para os megaempresários. Então, não tem dinheiro para dar isenção de IPTU ao morador do 4º Distrito, do Sarandi. Não tem dinheiro porque o governo trabalha no balcão. O cidadão comum, com CPF, o pagador de impostos, o trabalhador, não é recebido no balcão de Sebastião Melo, não é recebido pelos secretários do Melo, não é recebido pelos partidos que governam com o Melo. Os partidos são: Novo, PSDB, MDB, estão todos irmanados, juntos.

Hoje eles não estão juntos, hoje não. Parece que tem uma confusão mental em algumas pessoas, elas não estão entendendo muito bem isso: uma hora estão juntos, outra hora estão separados, apartados convenientemente. A conveniência faz a política na capital. E eu lembro que ninguém queria saber de Sebastião Melo em 2020; chegou no 2º turno, todo o PSDB embarcou: “Somos Melo desde criancinhas.” Está aí o Melo, não fez as obras de manutenção do sistema de prevenções, é por isso que vocês estão penando, porque as casas de bomba foram sucateadas. Não teve concurso público. Aí eu me admiro que tem gente que bate palmas para Ramiro Rosário. Não acredito, não consigo acreditar. Ramiro Rosário, que destruiu o DMAE, destruiu o DEP, que, junto com o Marchezan, meteu o IPTU, aumento de IPTU em vocês. Quem aumentou o IPTU de vocês foi ele. Ele era secretário e veio para cá votar aumento de IPTU para vocês, e agora ele diz que está lutando para derrubar o veto do prefeito, que ele é o cavaleiro para derrubar o veto! Parabéns, Ramiro, o emissário dos impostos da capital! Sabe por que eu vou votar para derrubar o veto? Eu vou votar para derrubar o veto porque eu tenho uma aliança com o povo trabalhador e não com os empresários. Eu vou votar para derrubar o veto porque eu cuido de quem cuida da cidade. Eu vou votar para derrubar o veto porque eu não estou assim, ó, com Melo. Eu não estou com meu nome com o Melo, votando com Melo, eu tenho independência. Aqui nós estamos com o povo trabalhador, porque a gente sabe o que a pessoa que recebeu água dentro da sua casa, do seu imóvel, do seu comércio, sofreu e está sofrendo. O mínimo é a isenção de IPTU, esse é o mínimo gesto. Deveria ter mais, deveria ter um aporte de recursos específico para as áreas alagadas. Eu ainda espero, nesta sessão, Ver. Cecchim, que o senhor suba aqui e diga que vai liberar recursos de verdade, porque recursos tem, a gente sabe. Se tinha recursos para compra sem licitação, lá na educação, tem que ter para isenção de IPTU, tem que ter para o povo trabalhador. O senhor não pode vir aqui e dizer que agora não tem. Mas como que agora em julho não tem? Antes tinha para todo mundo. Mas não tem agora? Como é que é essa matemática? Quem é que tem a chave do cofre? O senhor

vai ter que dizer para nós quem tem a chave do cofre. Um abraço, Ver. Cecchim, dessa vez nós vamos derrubar esse veto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24, com Veto Parcial.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas, muito especialmente a todos que estão aqui lutando pelos dois anos de isenção do IPTU para aqueles que foram atingidos pela enchente. Vocês saibam que às vezes tem que ter estômago, tem que ter estômago, porque além de ter que vir aqui defender algo em nome da cidade, em nome das pessoas que foram atingidas, também sobem aqui para fazer o ataque direto, querendo, de alguma forma, constranger-nos perante pessoas que a gente quer tanto bem. Algumas questões aqui foram colocadas a respeito da possível derrubada do veto que eu gostaria de deixar bem claras, e repito o que o meu colega Tiago Albrecht já falou: não se trata aqui de um ataque ao prefeito da cidade, não se trata aqui de fazer uma questão de insubordinação à Prefeitura, absolutamente. Nós não estamos tratando disso, nós estamos tratando de um veto a um projeto, uma emenda, que esta Câmara de Vereadores aqui já aprovou por unanimidade, absolutamente todos os vereadores votaram favoráveis à isenção do IPTU, por dois anos, para aquelas pessoas que foram diretamente atingidas pela enchente – esse é um ponto.

Segundo ponto: com relação ao ISS, não é todo o ISS, como foi dito nesta tribuna. O que nós aprovamos é o que nós podemos, por força de lei, aqui propor, que é o ISS para os autônomos, para aqueles que têm o recolhimento do ISS de forma compulsória. Queríamos beneficiar com o ISS outros setores da economia? Sem sombra de dúvidas, mas nos falta aqui capacidade legal de fazê-lo – este é o segundo ponto. O terceiro ponto fala a respeito da remissão. O que é remissão? Aqueles que já pagaram o IPTU terão, sim, com a derrubada do veto, a remissão, ou seja, o desconto do IPTU já pago neste ano de 2024, no ano de 2025.

Portanto, esses pontos não podem ser utilizados como argumento para justificar a manutenção do veto, ou seja, desconsiderar o que a Câmara de Vereadores já aprovou. Por favor, Ver. Tiago Albrecht.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, Ver. Ramiro, muito obrigado. Apenas para ilustrar o que V. Exa. está falando: a isenção do ISSTP já constava no projeto do governo.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Exato.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Então, dizer que é inconstitucional me parece uma má leitura da legislação, por isso que as nossas emendas ampliam. Apenas para ilustrar o que V. Exa. está falando: o próprio Executivo mandou isenção de ISSTP, por isso é possível, sim, derrubar esse veto. Obrigado, Ramiro.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Além disso, Ver. Tiago, com relação à constitucionalidade, o projeto é constitucional. A própria associação dos empreendedores do 4º Distrito também fez consultas jurídicas e técnicas que atestam pela constitucionalidade, ou seja, que pode ser feito, sim, essa isenção até maio de 2026. Além disso, aqui é importante colocar que nós estamos fazendo justiça, justiça ao que este plenário já definiu e justiça a todas as pessoas que foram diretamente atingidas. Nós podemos, nós devemos e nós vamos derrubar este veto para garantir os dois anos a todos aqueles que foram atingidos e não apenas ao 4º Distrito. Nós temos uma enormidade de bairros aqui: Anchieta, Arquipélago, Azenha, Belém Novo, Boa Vista do Sul, Centro Histórico, Cidade Baixa, Cristal, Farrapos, Floresta, Navegantes, Pedra Redonda, Ponta Grossa, Praia de Belas, Santa Maria Goretti, Santa Rosa de Lima, Santana, São Geraldo, São João, Sarandi, Serraria, Tristeza, Vila Assunção e Vila Conceição.

Portanto, bairros do mais humilde ao mais nobre da cidade, onde muitas pessoas, casas, pequenos comércios, estão até hoje com lama no teto! O mínimo que esta Casa aqui, que a cidade de Porto Alegre pode sinalizar a essas pessoas é o sim nesta votação. Quem votar “sim” nesta votação... O verde no painel diz sim ao projeto de isenção de dois anos; quem votar “não” diz não aos dois anos para que se tenha uma nova discussão de um outro projeto, que a Prefeitura encaminhou aqui após todas as discussões que nós tivemos. Não vou entrar aqui nas questões ideológicas neste momento, até mesmo porque o próprio Ver. Jonas Reis, do PT, disse que votará a favor da derrubada do veto. Tenho meus conflitos ideológicos, minhas posições completamente diversas das do Partido dos Trabalhadores, mas, neste momento, essa causa é tão justa que, até mesmo ele, até mesmo colegas aqui que têm uma visão ideológica completamente distinta da minha votarão “sim”, a favor da derrubada do veto. Muito obrigado, Presidente.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, eu fiz uma afirmação na tribuna, quando me inscrevi para discussão, e eu gostaria de corrigir nas notas taquigráficas. Eu, infelizmente, equivoquei-me dizendo que o governo Marchezan, sob a responsabilidade do Ver. Ramiro Rosário, perdeu a fundo perdido R\$ 127 milhões do governo federal. Na verdade, eu gostaria de corrigir nas notas taquigráficas: o que eles perderam foram R\$ 121,9 milhões. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, que solicita votação em destaque para os inc. III e IV, bem como o *caput* do art. 9º, do PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Em votação os inc. III e IV, bem como o *caput* do art. 9º, destacados, ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, membros desta Casa, nós pedimos destaque porque o veto, além de estar vetando a questão do IPTU e várias outras coisas que vieram nesse projeto, também está tirando uma emenda que virou parte da lei. Essa emenda que nós incluímos assegura aos taxistas, nesse período da pandemia, o não pagamento da TGO, além de ampliar a lei que garantia a vida útil, pode-se dizer assim, do táxi, e permitir que sejam carros mais antigos.

O taxista da rodoviária, do aeroporto, da Zona Norte, lá do Sarandi, os taxistas da Anchieta, os que estavam lá no Pepsi on Stage, os que estavam no aeroporto, perderam literalmente seus carros, ficaram sem o seu sustento. Assim como as senhoras e os senhores que estão com seus bares, restaurantes, suas lojas fechadas ainda em função do que é reabrir um comércio, do que é reabrir uma estrutura, além de ficar com as dívidas que ficaram para trás, dos seus estoques, as dívidas que ficaram com os seus funcionários, encargos dos seus funcionários. A maioria dos carros dos taxistas são financiados, os taxistas ficaram com a dívida do carro, e ainda ficaram com todos esses aparatos que exigem para o táxi funcionar em Porto Alegre, algo que dificulta a vida das pessoas.

Então, pedimos o destaque, votar em separado essa questão dos taxistas, porque achamos que é necessário a cidade fazer justiça com essas pessoas, cujo único sustento é o carro, seu único sustento, assim como os empreendimentos das senhoras e dos senhores são. Mas o carro é a forma com que eles levam o recurso para sua família, e essa forma ainda está nos depósitos, ainda está com água no motor, está impraticável, porque molha. Além de tudo isso, molha a parte eletrônica do carro, molha os módulos que todos esses carros modernos têm. Por isso, pedimos esse destaque para votarmos em separado a questão dos taxistas. Muito obrigado!

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PIMENTEL (REPUBLICANOS): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação dos inc. III e IV, bem como o *caput* do art. 9º, destacados, ao PLCE nº 006/24.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver.^a Mari, no exercício da presidência, caros colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha esta sessão no plenário, bem como pela TVCâmara. Eu gostaria de posicionar-me sobre o veto do Sr. Prefeito. Quero chamar a atenção de todos que estão acompanhando aqui para ver este cenário. O prefeito Melo diz ser o homem do diálogo, mas este prefeito tem desrespeitado esta Casa dia após dia – vejam bem, ele não admite as contribuições dos parlamentares. Este debate chegou nesta Casa, e nós oferecemos emendas, várias, como o Ver. Janta aqui falou. Eu e o Ver. Giovanni Culau e Coletivo, da bancada do PCdoB, apresentamos duas emendas: uma dando isenção para as taxas, para as tarifas de água e esgoto; e a outra relacionada ao ITBI, também vetada. Agora, vejam o seguinte: logo depois desta votação, nós teremos o outro projeto que a Prefeitura nos apresenta. E o que é esse outro projeto? Exatamente a mesma coisa, de novo, garantindo a isenção de dois meses – então somente até dezembro. E, nesse novo projeto, o prefeito coloca essa emenda que nós apresentamos como se fosse dele; sequer tem a honestidade de dizer que era uma emenda nossa. Por que ele veta e depois reapresenta justo a nossa emenda? Aqui fica descarado que ele não admite o tal do diálogo que ele diz fazer, o diálogo é só a fala dele, é o monólogo, é só a ele que interessa. Como vocês podem ver, tem várias pessoas do Executivo, da Prefeitura Municipal que estão aqui; eles não conversam conosco, eles não nos respeitam. Se nós apresentamos alguma coisa, não diz respeito a eles – vou fazer um reparo aqui, Gil, tu és o único que conversa conosco, de todos os que estão aqui. Na nossa sessão, tem sempre dez a doze pessoas do Executivo aqui dentro, que dão a sua carga horária, cumprem com a sua carga horária aqui dentro do Legislativo; mas a nós, os parlamentares, o Executivo não ouve, não nos dá bola. E, às vezes, rouba a nossa ideia e apresenta como se fosse dela, da administração

municipal, simplesmente para não dizer que é nossa, que não aceita uma vírgula de emenda de qualquer vereador aqui presente.

Por isso, eu subo a esta tribuna para dizer que esse tipo de diálogo é *fake news* e que nós encaminharemos pela manutenção, derrubando esse veto.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Presidente em exercício Mari Pimentel, eu percebi que o plenário deu uma esvaziada e eu achei o movimento atípico. Até em homenagem ao pessoal que está nas galerias, eu gostaria de pedir verificação de quórum.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Vinte e nove vereadores presentes. Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Orientação de votação: o que está sendo votado neste momento é o destaque do *caput* do art. 9º e os inc. III e IV do PLCE nº 006/24. Votando “sim” rejeita o veto e aprova a parte destacada; votando “não” rejeita a parte destacada e mantém o veto.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Em votação o *caput* do art. 9º e os inc. III e IV, destacados, do PLCE nº 006/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 35 votos **SIM**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sra. Presidente, eu queria pedir a retirada da priorização do veto para continuarmos a votar os outros projetos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Como o painel já estava aberto, já tínhamos votações. Nós estaremos votando agora o veto de acordo com a orientação do diretor legislativo.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Exatamente isso que eu ia perguntar, Sra. Presidente, porque como já está em votação, me parece que não seria possível a retirada da Ordem do Dia.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Exato.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Por isso eu consulto, em questão de ordem, mas, se já está deferido, está deferido.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Exato, está entendido. Diretor, vamos colocar em votação o veto?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, só esclarecendo o seguinte: quando o requerimento foi feito, o painel estava aberto, então não cabe mais apreciação dos requerimentos. Agora nós vamos votar a parte não destacada do veto. “Sim” mantém a parte que sobrou do veto e rejeita o veto, e “não” rejeita a parte que sobrou do veto e aceita o veto.

(Aparte antirregimental.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É importante esclarecer o seguinte: o que é votado de novo é a parte vetada. “Sim” aprova a parte vetada e rejeita o veto, e “não” rejeita a parte vetada e mantém o veto.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Em votação nominal o [PLCE nº 006/24](#), com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Com 13 votos, declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo. O veto será votado na próxima sessão legislativa, depois do recesso.

(16h07min) Encerrada a Ordem do Dia.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, a lamentar a atitude do governo de retirar o quórum; e da oposição, a gente viu que houve acordo da oposição com o governo, portanto, não acreditem em tudo o que vocês veem na tribuna.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Agradeço a participação de todos, entendo a indignação de não termos quórum e reforço a importância que podemos votar...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Eu gostaria de solicitar ao líder da oposição...

Vereador Jonas Reis (PT): Só para dizer, Presidente, o Ver. Tiago veio aqui e falou de um monte de gente. Eu votei “sim”, votei “sim”. Falei na tribuna e votei “sim”, porque nós vamos derrubar esse veto do Melo. Tem que dar isenção para os trabalhadores.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Presidente Mari, eu votei “sim” também, mas não apareceu, Mari.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): O Ver. Jonas... Bota a votação ali, por favor, Luiz Afonso. Bota a votação ali...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Depois que encerra...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)



Vereador Ramiro Rosário (NOVO): O Ver. Jonas Reis disse que votou a favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, não, um minuto e meio.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Não, que é isso?

Vereador Jonas Reis (PT): Está ali.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Tira um extrato.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Coloca ali...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Por gentileza, se puder falar.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Nós podemos dar acordo e abrir uma sessão extraordinária para votar o veto.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Não, se puder falar aqui, fala aqui, vota.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Se dermos acordo, nós podemos abrir uma extraordinária para votar o veto.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Tem que fazer extraordinária, fazer extraordinária.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Se o líder do governo der acordo, podemos fazer extraordinária e votar o veto.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Agora vai entrar em recesso ainda. Vai ficar quanto tempo esse negócio ainda?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Gostaria de chamar os líderes dos partidos, vereadores, liderança dos partidos. Nós podemos abrir uma extraordinária para votar o projeto.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mari, tu deste 1 minuto e 30 segundos? Acho que tu não deste 1 minuto e 30 segundos.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Deu, deu 1 minuto e 40 segundos.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu não consegui votar, estou te dizendo...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Solicito aos líderes que compareçam aqui na presidência para que a gente consiga...
(Pausa.)

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Para registrar também, vereadora, eu votei “sim”.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Eu gostaria de solicitar ao líder do governo e ao líder da oposição para ver se nós temos acordo para abrir uma extraordinária e votar o veto ainda hoje, antes do recesso.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Não tem, não tem acordo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Pela oposição, temos acordo para votar o veto antes do recesso?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Se tiver os vereadores aqui, nós votamos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Ver. Idenir Cecchim, líder do governo?

Vereador Jonas Reis (PT): O PT tem acordo.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): O governo não dá acordo. Está bem assim, já fizemos, faltou quórum, faltou quórum. Não tem.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Não tem, não tem extraordinária.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): O partido Novo dá acordo para a extraordinária, para votar hoje, em respeito a quem está nas galerias e paga os impostos, Sra. Presidente.

Vereadora Mônica Leal (PP): O PP dá acordo, em respeito às pessoas que estão aí.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Eu peço novamente aqui que se coloque como é que foi a votação, por favor, no painel, para ver o que deu de presentes ou não.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, depois que o painel fecha não tem como reabri-lo. Nós vamos tirar um relatório.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Ver.^a Mari, se tiver a abertura de sessão, nós vamos estar aqui, os vereadores da oposição estão todos aqui. Se tem abertura de sessão, nós estamos aqui e votamos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Só para deixar registrado...

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Muito me espanta o líder da oposição vir aqui agora, sendo que estava no plenário e não votou, e é isso que tem que ser mostrado aqui, quem é que acabou derrubando o quórum.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Se o Ver. Ramiro quer só demarcar sua posição de extrema direita, o problema é dele. Eu estou aqui, se tiver sessão, nós votamos. Basta ter sessão, e nós votamos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Vou deixar registrado que para abrir uma sessão extraordinária nós precisávamos do acordo do líder do governo, pelo MDB, e nós não temos esse acordo. Então, declaro encerrada a sessão...

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Não, a votação, eu quero ir para a Pauta.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Nós vamos entregar para cada um como é que foi o resultado do painel, e nós iniciaremos as Comunicações.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Beleza, então encerrou a Ordem do Dia, não a sessão, não é?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Foi encerrada a Ordem do Dia, exatamente.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Retomando a sessão, quero convidar os líderes para virem até a Mesa para nós podermos ajustar algumas questões.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Conforme acordado com a maioria dos líderes, nós vamos chamar algumas sessões extraordinárias. Primeiro, nós vamos fazer uma sessão extraordinária para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 004/23. Segundo, abriremos uma nova extraordinária para discutir, em 2ª sessão, o PELO nº 004/23. Terceiro, abriremos uma nova sessão extraordinária, para votarmos, em 1º turno, o PELO nº 004/23, e depois continuaremos a votar os demais projetos dos vereadores. O PLCE nº 006/24, com Veto Parcial, e PLCE nº 012/24, do IPTU, ficarão para a próxima sessão de agosto. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h24min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)



* * * * *